

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

LUCIANA LEME BORIN

PERI E O BOM SELVAGEM
ANÁLISE DA OBRA *O GUARANI* DE JOSÉ DE ALENCAR

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2015

LUCIANA LEME BORIN

PERI E O BOM SELVAGEM
ANÁLISE DA OBRA *O GUARANI* DE JOSÉ DE ALENCAR

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marina Sbaraini Cordeiro

CURITIBA
2015



TERMO DE APROVAÇÃO

ALUNO: Luciana Leme Borin

Polo: Polo Osasco

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

Uma Análise Do Bom Selvagem Peri, Da Obra "O Guarani" De José De Alencar.

Esta monografia foi apresentada às **9:30:00 AM h** do dia **12/5/2015** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no curso de Especialização em **Ensino de Língua Portuguesa e Literatura** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, **Campus Curitiba**. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

1		Aprovado
2	x	Aprovado condicionado às correções Pós-banca, postagem da tarefa e liberação do Orientador.
3		Reprovado

Professora Mariana Sbaraini Cordeiro

UTFPR – PR

(orientador)

Professora Edna da Silva Polese

UTFPR – PR

Prof. Joao Mansano Neto

UTFPR – PR

OBS: O DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRA-SE ARQUIVADO NA SECRETARIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA.

RESUMO

BORIN, Luciana Leme. **Peri e o bom selvagem**: Análise da obra *O Guarani* de José de Alencar. Curitiba, 2015. 28 fls. Monografia. (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba, 2015.

O presente trabalho analisará a obra brasileira indianista e romântica *O Guarani* de José de Alencar sob a perspectiva do mito do bom selvagem rousseauiano, levando-se em consideração, ainda, aspectos como a época descrita no romance, o momento histórico em que a trama foi escrita e dados biográficos de seu autor. Tudo isso com o objetivo, por meio de pesquisa bibliográfica, de obter material para desmistificar a relação entre o mito do bom selvagem e o romantismo indianista brasileiro. Para que isso fosse realizado a técnica metodológica utilizada foi a leitura e separação catalogada bibliograficamente dos temas lidos para então sintetizar os conhecimentos e colher as melhores citações exemplificativas para o trabalho em comento. Com o trabalho separado por tópicos, pensados de forma didática para que o leitor entendesse o tema, foi possível, então, fazer o texto numa linha que pudesse alcançar seu principal objetivo: inovação na forma de ensinar e ver o romantismo indianista no Brasil. Objetivo esse alcançado por meio da análise da obra *O Guarani* de José Martiniano de Alencar. Assim, foi ainda possível separar a ideia de que a essência da escrita indianista romântica brasileira tenha alguma ligação com o estudo do mito do bom selvagem de Rousseau ou, em menor ênfase, ao mau selvagem descrito por Hobbes. Será mostrado que se pode sim ligar as teorias rousseauianas e hobbesianas, mas que estas não necessariamente foram a base de estudo consideradas na escrita indianista e romântica brasileira, bem como que a identidade e busca de um herói nacional tida na literatura como o índio pode ser também desmistificada com esse estudo, tendo o exemplo do personagem principal de *O Guarani*, o índio Peri e sua trajetória no enredo.

Palavras-chave: *Guarani*. José de Alencar. Bom selvagem. Rosseau.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 RESUMO DA OBRA	7
3 SOBRE JOSÉ DE ALENCAR	9
4 UM POUCO DE HISTÓRIA DA LITERATURA: ROMANTISMO E INDIANISMO NO BRASIL.....	10
5 MITO DO BOM SELVAGEM ROUSSEAUNIANO	11
6 ANÁLISE DO ROMANCE	17
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	22
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrar trabalhos pautados no romantismo indianista ou na obra *O Guarani* de José de Alencar. Em maior ou menor tom, muitas pesquisas acabam citando a história da literatura romântica e indianista no Brasil. Explicam como aqui se instalou, bem como o real motivo de sua perpetuação ao dignificar índios com qualidades equivalentes a cavaleiros medievais europeizados, neles encontrando o ideal de descendências de qualquer brasileiro, exceto quando não civilizado, isto é, “o índio, porém, está sempre do lado errado, a não ser quando se civiliza, convertendo-se ao cristianismo e aliando-se aos brancos” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1993, p.131).

Desse modo, foram feitos inúmeros trabalhos no sentido de analisar os preconceitos abolicionistas, típicos da sociedade que vivia o auge do romantismo indianista brasileiro, ao não declararem negros como heróis e genes nacionais, assim como das características da escrita dessa fase literária ou o papel da mulher como personagens desses enredos e o catecismo jesuíta.

Então, a abordagem aqui dada, ao propor o estudo do livro *O Guarani* é a tentativa de explicar o indianismo romântico e criar uma nova visão da relação entre essa fase literária e o mito do bom selvagem rousseauiano. Algo que só se pode fazer mediante muita leitura, comparações e análise entre três focos: Rousseau e sua teoria do bom selvagem, o indianismo e o romantismo enquanto literatura e fase histórica e, por fim, o livro *O Guarani* pela perspectiva de seu autor.

Estudando isso nessa sequência metodológica e didática será possível separar a ideia de que a essência da escrita indianista romântica brasileira tenha alguma ligação com o estudo do mito do bom selvagem de Rousseau ou, em menor ênfase, ao mau selvagem descrito por Hobbes. Um jeito diferenciado de estudar o indianismo por meio da análise de uma obra literária de extrema importância para nosso país enquanto escrita representativa dessa fase escrita do Brasil e com interessantes traços de convicções do próprio autor como logo mais poderá ser verificado. Será mostrado que se pode sim ligar as teorias rousseauianas e hobbesianas, mas que estas não necessariamente foram a base de estudo consideradas na escrita indianista e romântica brasileira, bem como que a identidade e busca de um herói nacional tida na literatura como o índio pode ser também desmistificada com esse estudo, tendo o exemplo do personagem principal de *O Guarani*, o índio Peri e sua trajetória no enredo.

2. RESUMO DA OBRA

O enredo se inicia na época do Brasil colônia quando à beira de um rio no interior da cidade do Rio de Janeiro, em meio de uma natureza exuberante e de extrema robustez, que a descrição vocabular ricamente faz questão de expressar no decorrer dessa história, levanta-se a mansão de D. Antônio de Mariz, um fidalgo leal à coroa portuguesa da qual recebeu como presente a sesmaria donde construiu sua imensa residência. Ali, abriga agregados (como um expadre de nome Loredano; um aventureiro chamado Álvaro e um índio servil a quem chamam de Peri) e a família, sua esposa D. Lauriana e os filhos: D. Diogo e Cecília, além de uma moça chamada Isabel que diz ser sua sobrinha, quando na verdade é mais uma filha sua tida de um relacionamento adúltero com uma índia.

Loredano é o vilão. Está na casa para se apoderar de uma mina de prata que está abaixo da construção e ainda por cima planeja o sequestro seguido de consumações carnavais com Cecília (ou Ceci como é constantemente tratada), com a pretensão de incendiar a mansão logo em seguida. Ocorre que ao combinar os detalhes maléficos com seus capangas ele foi ouvido por Peri.

Ceci é a mocinha delicada, bonita e virgem, alvo de disputas e centro de quase todas as intrigas e preocupações de quem a rodeia. Inicialmente, vê Peri apenas como um bom amigo tendo grande afeição por ele, somente dando-se conta de ver sua beleza física e de que merecia seu amor no final do livro.

Isabel é a típica brasileira mestiça e sensual, nada de santa como a irmã e com curvas muito mais acentuadas. Tem em Ceci uma verdadeira e sincera amiga, não fosse o fato de morrer de amores por Álvaro, o qual, a princípio, sequer a enxerga, vendo em Ceci a esposa perfeita e paparicando-a, trazendo diversos presentes para ela das aventuras que participa com um grupo de cavalheiros em prol de dividir riquezas, conquistas e trazer suplementos da capital à casa de D. Antônio e demais agregados.

Peri é o mocinho, que por sua vez, ganhou a afeição de D. Antônio e vice-versa. Aquele porque teve sua mãe salva por este e o segundo por ter sua filha Ceci salva pelo primeiro ao evitar que fosse acertada por uma pedra, atirando-se no lugar da moça. Assim, tornou-se como um vassalo a serviço daquela família e principalmente aos caprichos de Ceci, passando a morar em uma cabana próxima à mansão. A devoção que tinha pela filha do dono da casa se dava por conta de um sonho, no qual assemelhou a imagem da jovem com a feição que teve de Nossa Senhora Aparecida e que por isso tudo fazia pela donzela, chegando inclusive a domar uma

onça e amarrá-la viva para mostrá-la à santa amada apenas para satisfazer um desejo da mesma, vendo-a sorrir.

Não bastasse a rejeição amorosa Isabel sofria com o preconceito declarado tanto pelo fato de ser mestiça quanto por ser fruto de um amor adúltero. Principalmente por parte de D. Lauriana, senhora submissa e de valores distorcidos, acreditando, inclusive, que índios eram como cães, comportando-se como animais de estimação, com sangue impuro e sem sentimentos não bastando muito para partirem ao nível da barbárie.

Contudo, a trama não termina nisso, apenas começa quando, acidentalmente, D. Diogo mata uma índia da tribo aimoré, que, por sinal era um grupo antropófago, ou seja, comiam carne humana. Havia ali se travado uma guerra e o ataque da tribo à família Mariz era eminente.

Nesse interim, D. Lauriana, totalmente nutrida de ódio por Peri havia convencido o marido a expulsá-lo da casa, porém desistiu do feito logo que soube por intermédio do mesmo sobre o possível ataque aimoré permitindo sua permanência. Na sequência, o incêndio pretendido por Lauredano é também evitado pelo índio herói do enredo e a traição do antigo e então aliado de D. Antônio é descoberta. Os empregados fiéis deste, então, juntam-se para defender a moradia, começando, assim o ataque dos aimorés.

Álvaro, nesse ponto, começa a aceitar e corresponder ao amor de Isabel. Peri, então, tem uma ideia para derrotar a tribo atacante e a coloca em prática. Sem medir consequências, insere veneno na água que será consumida pelos bandidos ao adentrarem a casa, bebendo ele também da armadilha, indo vorazmente para luta, tendo em mente que ao ser submetido ao ritual antropofágico a sua carne tomada pelo veneno ao ser devorada contaminaria a todos, matando-os.

Cecília descobre o plano de seu fiel escudeiro, sempre disposto a dar a própria vida em detrimento da sua, e, pede a Álvaro que o salve dizendo a ele que Ceci precisa dele vivo para protegê-la. Peri, mais uma vez obedece a ela preparando um antídoto para si com ervas (vez que tinha um vasto conhecimento da natureza e suas propriedades para as mais diversas finalidades). No mesmo contexto, diversos traidores morreram envenenados e Loredano foi preso e submetido à fogueira.

Depois de tudo, Álvaro ao sair para conseguir mantimentos acaba morto e seu corpo é entregue à Isabel que abraçada ao amado comete suicídio. Por fim, num gesto de confiança, D. Antônio ordena que Peri fuja com sua filha para salvá-la dos aimorés e, assim que ele cumpre o pedido o proprietário explode a casa, matando-se junto aos inimigos que o atacam. Cecília, obviamente, desespera-se com a cena. Inicia-se um dilúvio e Peri, com força descomunal

arranca uma palmeira do chão e improvisa uma canoa para ele e sua amada, tendo os espectadores como última cena desse romance ambos os personagens sumindo no horizonte.

3. SOBRE JOSÉ DE ALENCAR

José Martiniano de Alencar viveu dentre 1829 a 1877, nascido em Mecejana no estado do Ceará de um romance entre um padre (João Martiniano de Alencar) com sua prima (Ana Josefina). Estudou direito e atuou na área advocatícia; política e jornalística, chegando a ser deputado do Ceará e, inclusive, Ministro da Justiça. Contudo, afastou-se da vida pública ao ser indicado por D. Pedro II ao Senado. (APARECIDA et al, 2015. p. 50).

Infelizmente, não só de coisas boas é feita a biografia do romancista. Autor de pelo menos vinte e um títulos, além de artigos; crônicas e peças de teatro podia ainda ser visto como latifundiário; dono de grandes propriedades rurais e, que acabou, não se sabe se pela educação conservadora da época; comodismo ou imposição social, tornando-se também de personalidade voltada à defesa da escravatura. Participou, inclusive, dos Clubes da Lavoura, associação que defendia a permanência da escravidão e atacava ferreamente o movimento abolicionista. (DEL PRIORE e VENANCIO, 2001. p. 120).

Mudando um pouco o foco, entrando mais em sua carreira como escritor, pode-se didaticamente, dizer que os romances alencarianos foram classificados em: Urbanos, históricos, regionalistas e indianistas, sendo este último aquele em “que ocorre a exaltação do índio brasileiro”. (LEITE, 1985. p. 50).

Por fim, em 1877, Alencar morre no Rio de Janeiro vítima de tuberculose.

A frente, na análise do romance, será vista a importância que essas informações bibliográficas têm na linha de pensamento que acabou sendo disseminada na história escrita por Alencar. Poderá observar-se que há muito mais do que as características próprias da escrita indianista brasileira, ou seja, existem no enredo convicções pessoais do autor que não podem ser ignoradas.

4. UM POUCO DE HISTÓRIA DA LITERATURA: ROMANTISMO E INDIANISMO NO BRASIL

A fase romântica da literatura teve início no século XVIII com apogeu somente no século XIX. Não foi só uma busca de entretenimento pelas classes burguesas, principal público leitor dessas obras, mas também o meio de recuperação do passado de um povo. Na Europa os romances tratavam principalmente de falar como se vivia na época medieval e os conflitos que se davam em meio àquele ambiente feudal; servil e guerreiro, as tradições e triunfos, buscando nos cavaleiros medievais a imagem e semelhança de seus heróis, exaltando-os sempre da melhor forma possível, buscando orgulho nas origens nacionais.

Assim como de costume, a linha escrita do Romantismo começou a ser implementada em nosso país por meio de jovens elitistas que iam estudar fora do território nacional e traziam as últimas tendências de volta, aplicando-as. Nesse contexto, o Brasil acabava de ter sua independência proclamada em 1822, mesma época em que começava a introdução do pensamento e escrita da fase romântica de forma mais marcante. Os brasileiros queriam, então, saber e buscar qual era sua identidade nacional; de onde e do que era constituído o nosso passado para saber o que se poderia esperar do futuro.

O sentimento que agora predominava era o antilusitano. Nas palavras de Antônio Candido (CANDIDO, 2006, p. 123): “Como em todos os países empenhados então na independência política, o Romantismo foi no Brasil um vigoroso esforço de afirmação nacional; tanto mais quanto se tratava aqui, também, da construção de uma consciência literária.”

Entretanto, apesar de independente, o país ainda não tinha maturidade suficiente para se ver livre do regime escravocrata, que viria a ser abolido somente com a Lei Áurea de 1888 assinada pela Princesa Isabel. A sociedade da época, então, jamais aceitaria que se colocassem os negros como origem nacional, muito menos como ídolos de feitos heroicos; apesar de terem sido fundamentais para a cultura; economia e miscigenação do Brasil, além, é claro, da grande coragem e força que houve ao suportarem a luta que foi sua subjugação como escravos mediante o comportamento irracional, fruto da falta de conhecimento dos brancos. Sobraram os índios para contar essa história, assim como nas palavras de Alfredo Bosi (1992, p.162): “é próprio da imaginação histórica edificar mitos que, muitas vezes, ajudam a compreender antes o tempo que os forjou do que o universo remoto para o qual foram inventados.”

Obviamente os índios também são fruto e parte inseparável dos brasileiros, temos miscigenes indígenas; são eles os primeiros habitantes encontrados no litoral sul-americano aos

anos de 1500, bem como de costumes e crenças próprios, que rejeitaram a possibilidade de serem escravos subjugados aos portugueses e espanhóis, lutando pela sua liberdade, apesar de não em poucos momentos, terem sido por vezes perseguidos, maltratados físico e psicologicamente, quando não obrigados a aceitar religião e costumes europeizados em troca de sua própria vida ou em detrimento de manter suas tribos a salvo de possíveis ataques. O problema e, isso aqui se torna imprescindível recordar é “que a preocupação romântica não era reconstituir uma verdade histórica, mas sim encontrar valores apresentáveis à seu público leitor” (SANTANA, 2015. p. 05).

Era uma busca incessante por produção de símbolos que inconscientemente se queria incorporar à consciência dos brasileiros para representar o país, seriam eles, o índio e a natureza nacional. De acordo com Candido,

São três graus, principalmente, em que se desenvolve a narrativa romântica: Cidade, campo, selva ou vida urbana, vida rural ou vida primitiva, a partir desses três elementos acontece a verdadeira tomada de consciência da realidade brasileira no plano artístico, o verdadeiro ideal do nacionalismo brasileiro. (2000, p. 70-74)

Assim, reinventou-se o indianismo como hoje é conhecido. O índio como ícone utilizado na literatura romancista brasileira e que foi moldado de acordo com interesses e mentalidade escravocrata, descrevendo o nativo de forma quase ilusória como mais a frente se discutirá na análise do livro tema dessa pesquisa.

5. MITO DO BOM SELVAGEM ROUSSEAUNIANO

Antes de se conhecer a maior teoria de um homem, torna-se necessário saber o básico de sua biografia, assim como sua faceta de certa forma sombria. Assim sendo, o presente tópico começa trazendo o histórico de Jean-Jacques Rousseau estudado por Robert Derathé (1968, p. 563):

Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, Suíça, em 1712. Sua mãe morreu no parto. Viveu primeiro com o pai, depois com parentes da mãe e aos 16 anos partiu para uma vida de aventureiro. Foi acolhido por uma baronesa benfeitora na província francesa de Savoy, de quem se tornou amante. Converteu-se à religião dela, o catolicismo (era calvinista). Até os 30 anos, alternou atividades que foram de pequenos furtos à tutoria de crianças ricas. Ao chegar a Paris, ficou amigo dos filósofos iluministas e iniciou uma breve, mas bem-sucedida carreira de compositor. Em 1745, conheceu a lavadeira Thérèse Levasseur, com quem teria cinco filhos, todos entregues a adoção - os remorsos decorrentes marcariam grande parte de sua obra. Em 1756, já famoso por seus ensaios, Rousseau recolheu-se ao campo, até 1762. Foram os anos em que produziu as obras mais célebres (Do Contrato Social, Emílio e o romance A Nova Heloísa), que despertaram a ira de monarquistas e religiosos. Viveu, a partir daí, fugindo de perseguições até que, nos últimos anos de vida, recobrou a

paz. Morreu em 1778 no interior da França. Durante a Revolução Francesa, 11 anos depois, foi homenageado com o traslado de seus ossos para o Panteão de Paris.

Baseados nesse breve histórico, devemos também nos atentar ao contexto em que Rousseau viria a falar a respeito de sua então denominada Teoria do Bom Selvagem, que não necessariamente se reportava aos índios e sim ao estado de homem intocado pelo civilismo humano como o é uma criança recém-nascida ainda embebecida pelo sangue das entranhas maternas. Contudo, o índio, devido ao diferente acultramento não europeizado, como uma novidade mística pouco conhecida pela chamada civilização do descobrimento do novo mundo passou a ser quase um ícone dos dizeres rousseauianos, considerados tão intocados quanto um bebê.

A questão na época, então, tornou-se a ambiguidade entre o bom selvagem de Rousseau e mau selvagem iluminista de Thomas Hobbes. O primeiro filósofo em relação ao segundo, desprezou o racionalismo e trouxe à tona todo o subjetivismo possível ao tema. O mesmo nasceu e morreu na Inglaterra (1588-1679) e foi criado pelo tio, tendo em vista que seu pai teve que fugir por conta de uma briga na porta de uma igreja onde trabalhava como vigário.

Hobbes, famoso por ter sido conselheiro do rei Carlos II, com o qual teve a oportunidade de conhecer a França e Itália, bem como o privilégio de ter convivido com Galileu e Descartes, escreveu diversos livros científicos e filosóficos, entre eles, em 1651, a obra *O Leviatã*, na qual trata o homem como “um ser intrinsecamente egoísta e mau, ainda mais na condição de selvagem, de ser da natureza [...] só a dureza do poder soberano e a submissão dos homens a esse poder é que poderiam controlar os maus instintos” (2009, p. 56).

Jean-Jacques Rousseau, por sua vez, veio, em refuto à Hobbes, trazendo a possibilidade de que o mundo criado em *Utopia*, publicado em 1516, por outro filósofo renomado, Thomas Morus, pudesse realmente ter existido. *Utopia* seria uma ilha no Atlântico Sul, de onde um povo, homens e mulheres, não importando as diferenças sociais ou econômicas, decidiriam sem maiores problemas assuntos políticos em coletivo. Assim, Rousseau vem em seu livro *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), afirmando que o estado de Utopia com uma sociedade igualitária em que o bem comum prevalece ao individualismo poderia ter sim existido entre os grupos primitivos, mas que o surgimento do egoísmo e da propriedade privada com o advento da nomeada sociedade civilizada teria destruído a possibilidade utópica, levando essa palavra ao seguinte significado em nossos dicionários: “Utopia: 1. O que está fora da realidade, que nunca foi realizado no passado nem

poderá vir a sê-lo no futuro. 2. Plano ou sonho irrealizável ou de realização num futuro imprevisível; ideal. 3. Fantasia, quimera” (MICHAELIS, 2012. p. 120).

Seria, então, para Rousseau o homem primitivo o modelo de ser humano, originalmente puro ao nascer, corrompido ao entrar em contato com a civilização, em que a propriedade provocaria o ponto de partida de desigualdade entre as pessoas incitando outros comportamentos ruins como a corrupção; infelicidade; ciúmes e, conseqüentemente injustiça. Dessa forma, podendo-se interpretar uma proposta vinda dele: retomada da condição primitiva rumo ao autoconhecimento, assim como poeticamente descreve Milaneze:

A proposta de mergulho no interior de si mesmo para encontrar o homem natural: um homem originalmente isolado e autossuficiente, com todas as suas necessidades atendidas sem lutas e sofrimentos e sem medo da morte. [...] É o famoso mito do bom selvagem, ser íntegro e primitivo. [...] Esse homem está oculto no interior de cada homem, possui a essência de todos os homens, a liberdade. Mas, uma liberdade não apenas social, também emocional, sentimental (2000, p 01).

Complementando, nas palavras de Ferrari:

O pensamento de Rousseau pode ser tomado como uma [...] denúncia da falência da civilização, mas não é bem isso. O mito criado pelo filósofo em torno da figura do bom selvagem - o ser humano em seu estado natural, não contaminado por constrangimentos sociais - deve ser entendido como uma idealização teórica. Além disso, a obra de Rousseau não pretende negar os ganhos da civilização, mas sugerir caminhos para reconduzir a espécie humana à felicidade (2015, p. 04).

Rousseau acaba com isso dando particular importância ao subjetivismo sentimental contrário ao Iluminismo racionalista, dando um tom tão romântico para sua teoria, vez que o amor também pode ser visto como uma essência primitiva, fazendo com que essa linha de pensamento ficasse de certa forma consolidada nos ensinamentos clássicos por séculos a fio a ponto de atrelar-se intrinsecamente à escrita indianista brasileira que exaltava de forma epopeica os nativos, como se sempre, sem esforço de saber se isso era ou não verdade, todos os autores desse tempo tivessem se inspirado na teoria do bom selvagem criada pelo filósofo (SALATIEL, 2008. p. 30).

Para completar essa tênue relação que foi tomada entre o mito do bom selvagem e o indianismo, ambos faziam também menção à natureza externa (espaço físico) exuberante e completo às necessidades somando o sentimentalismo interno do ser humano, despertando sua interioridade e rejeitando o racionalismo ateu. A natureza seria como uma religião, expressão da divindade e, ao mesmo tempo um mistério. Essa foi uma fusão jamais vista antes, que entrelaçou o homem; a natureza e sua consciência (MORETTO, 1994. p.16).

Para Jean-Jacques Rousseau na natureza, o ser humano teria todas as suas necessidades atendidas, uma vez que suas preocupações seriam mínimas, senão apenas uma: alimentação subordinada à sobrevivência, como pode ser constatado na segunda parte de seu livro *Discurso sobre a origem da desigualdade* (2011, p. 91):

Suas módicas necessidades, encontram-se tão facilmente ao alcance da mão e ele está tão longe do grau de conhecimentos necessários para desejar adquirir outros maiores, que não pode ter nem previdência, nem curiosidade. O espetáculo da natureza, à força de se lhe tornar familiar, tornasse-lhe indiferente.

Para completar a linha de raciocínio, pode-se verificar, ademais, nos pensamentos rousseauianos que ao afirmar essa única necessidade humana, acaba ele por dizer que na virtual existência do homem puro e não corrompido pela sociedade como o é a do bom selvagem, a vida em comunidade acaba sendo praticamente nula com isolamento quase completo, sendo necessária, quando muito, ao primitivismo da reprodução, mecânica e animal, a imposição de algumas raras regras de convivência, como pode-se notar no breve comentário feito por Leopoldi em análise à teoria do bom selvagem de Rousseau:

[...] não tendo nem casa, nem cabanas, nem propriedade de nenhuma espécie, cada qual se abrigava a esmo e em geral por uma única noite; os machos e as fêmeas uniam-se fortuitamente conforme o caso, a ocasião e o desejo [...]. Logo que tinham forças para procurar seu alimento, [os filhos] não tardavam em deixar a própria mãe e, como quase não havia outro meio de encontrar-se senão o de não se perder de vista, logo chegavam ao ponto de nem sequer se reconhecerem uns aos outros. (2015. p. 01).

Assim, esclarecendo o que seria a natureza para o romantismo indianista, artisticamente, em comparação com a importância do mesmo cenário para a teoria rousseauiana temos a citação de Santini (2015, p. 01):

[...] a natureza deixa de ser simplesmente o cenário ou a moldura e passa a assumir o papel central do quadro: a arte romântica é a arte da natureza e procura representá-la em toda a sua força e dimensão. Dessa forma, se o desenho nítido e com contornos bem definidos da pintura anterior [...] a arte romântica trará para a tela traços difusos e sem contornos definidos, visando a provocar um impacto emocional por meio de uma impressão geral em que a falta de nitidez une-se à valorização da essência instintiva da natureza.

Rousseau chega até mesmo a concordar em certa parte com Hobbes, de quem quase sempre discordava, afirmando que os homens no estado primitivista, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral, nem deveres conhecidos, não poderiam ser bons nem maus. Contudo, ao mesmo tempo fez questão de refutar tal concordância, de sorte que se os mesmos

humanos em estado de natureza não tendo a menor noção do que seria bondade, também não quer dizer que seriam naturalmente maus. Enfim, não desmerecendo a sociedade dita civilizada, da qual fazia questão de lembrar não ter nada contra, ainda conclui que isolados sempre permanecemos os mesmos e, só vivendo em sociedade podemos progredir, nem que para isso, as paixões despertadas pela vida civil façam desaparecer a bondade que um dia foi iminente.

O que, por sinal, faz-se observar a grande inversão que Rousseau, aqui, consegue fazer com a teoria hobbesiana, a qual acreditava ser o estado de natureza um período potencial de conflito de todos contra todos; prevalecendo a lei do mais forte, enquanto a sociedade civilizada seria mais segura e justa. Rousseau desmente isso, mostrando que a situação anteriormente descrita poderia não ser verdade, usando sua ideia de bom selvagem, da qual tendo tudo o que precisa em abundância no mundo natural não teria, assim como já dito, conviver uns com os outros, também e, até mesmo por consequência disso, ter motivos para conflitos; guerras e disputas. Essas seriam características do mundo civil, onde há o porquê e por quem (motivos ou paixões) se enfrentarem uns aos outros. Mostrou, dessa forma, que quando se falava do homem selvagem, poderiam estar descrevendo o civil e que ele, como idealizador que era, descrevia naquele primeiro as qualidades que gostaria de observar nos homens de seu convívio, dos quais chamavam de civilizados.

A solidão natural elimina qualquer desejo de ‘glória’ ou reputação, pois o selvagem não tem nenhum interesse na opinião dos outros. Da mesma forma, ele não tem desejo de poder. [...] Todas as motivações apontadas por Hobbes para a guerra – desejo de riqueza, segurança e reputação – são diluídas ou estão ausentes no estado de natureza de Rousseau. (WOLFF, 1996. p. 100).

Importante, nessa altura, informar que Rousseau não ficou conhecido tão somente pela ideia escrita do bom selvagem, mas também foi precursor da pedagogia moderna que acabou por complementar e ao mesmo tempo reafirmar todas suas teses em torno do assunto cerne deste trabalho, isto é, do bom selvagem. Não foi por acaso que ele escreveu e publicou, simultaneamente (em 1762), obras como *Do contrato social* e *Emílio*.

Basta sua leitura para entender que a primeira escrita citada nada mais foi do que a exemplificação teórica da democracia presente em *Utopia* de Morus, ao apresentar como solução social, ou melhor dizendo, concepção de ordem política, um sistema no qual todos se submetem à lei feita de acordo com a vontade geral. Ou seja, nas palavras de Salatiel:

[...] somente garantindo a liberdade de todos é que as liberdades individuais serão também preservadas. Um fumante, por exemplo, tem o direito de fumar. No entanto, essa liberdade não pode ferir a de um não-fumante, que em um recinto fechado vai

inalar a mesma fumaça de cigarro involuntariamente. Como resolver isso? Criam-se regras, ao acordo de todos e que todos devem seguir, restringindo o fumo em locais adequados, de modo a conservar a liberdade tanto de fumantes quanto de não-fumantes. Desse modo, para que o pacto funcione [...], os cidadãos devem se submeter à vontade geral, que é soberana. Uma vez firmado o contrato, todos devem obedecer ao que ficou deliberado por todos, não somente por uma maioria. [...] O filósofo, assim, não reconhece a representatividade, como vereadores, prefeitos, etc. Para ele, a soberania se exerce pela vontade popular, logo, pela participação direta do povo. Participação que não se resumiria a comparecer às urnas, por exemplo, mas em que cada cidadão tivesse participação efetiva nas decisões que afetem a comunidade. (2008. p. 01).

Em *Emílio*, então, o filósofo cria uma vertente educacional, a qual seria ideal ao humano, formando não só um homem, mas também um cidadão, num modelo escolar em que política e educação seriam inseparáveis, por meio de uma trama narrativa da vida do personagem o qual nome deu título à obra, do nascimento aos vinte e cinco anos de idade, baseado na experiência prática, contrária das escolas elitistas cristãs de seu tempo, escoradas primordialmente na repetição e memorização de conteúdo. “Vosso filho nada deve obter porque pede, mas porque precisa, nem fazer nada por obediência, mas por necessidade”, escreveu Rousseau em *Emílio*. (2009, p. 140). Eis o resumo com uma breve análise do enredo feita por Ferrari (2015, p. 10):

Não há escola em Emílio [...], filho de um homem rico, entregue a um preceptor para que obtenha uma educação ideal. O jovem é educado no convívio com a natureza, resguardado ao máximo das coerções sociais. O objetivo de Rousseau, revolucionário para seu tempo, é não só planejar uma educação com vistas à formação futura, na idade adulta, mas também com a intenção de propiciar felicidade à criança enquanto ela ainda é criança, [...] na plenitude de seus sentidos - mesmo porque, segundo seu entendimento, até os 12 anos o ser humano é praticamente só sentidos, emoções e corpo físico, enquanto a razão ainda se forma. Liberdade não significa a realização de seus impulsos e desejos, mas uma **dependência das coisas** (em oposição à dependência da vontade dos adultos). [...] Rousseau desenvolve sua ideia de educação como um processo subordinado à vida, isto é, à evolução natural do discípulo, e por isso chamado de método natural. O objetivo do mestre é interferir o menos possível no desenvolvimento próprio do jovem, em especial até os 12 anos, quando, segundo Rousseau, ele ainda não pode contar com a razão. O filósofo chamou o procedimento de educação negativa, que consiste, em suas palavras, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. Desse modo, quando adulto, o ex-aluno saberá se defender sozinho de tais perigos.

Por fim, como pôde-se observar, Rousseau trouxe, novamente, nessa última obra, uma importância tal à natureza, sendo o contato com ela tão primordial para o crescimento humano e humanitário que a educação formal junto ao complexo de socialização poderia ser desprezada, vez que isso serviria somente para moldar pessoas ao modelo que se quer ao que batizamos de civilidade, sendo clara a percepção que em toda escrita, de certa forma, sem saber se isso é intencional ou não, só o faz reafirmar seu pensamento sobre a essência humana do bom selvagem.

6. ANÁLISE DO ROMANCE

A primeira vertente a ser considerada para analisarmos *O Guarani* de Alencar é a mente escravocrata da maior parte da sociedade brasileira da época romântica indianista, que não permitia, como já esclarecido, a busca de outro ídolo da construção nacional que não fosse o índio. Este é nitidamente tomado como primeiro colonizador de toda a América Latina, estendendo esse consolidado pensamento ao escritor da obra em comento. Não foi em vão, por exemplo, que na obra em estudo a personagem Isabel sofria tamanho preconceito mais pelo fato de ser mestiça do que por ser bastarda.

A miscigenação da mulher branca com o índio ou com o negro exigiria mais que a simples prática [...]. Um fato como esse teria que ser colocado abertamente para o conjunto da sociedade branca e dependeria de sua aprovação e reconhecimento, o que exigiria a superação do preconceito. (RONCARI, 1995, p.589)

Ou seja, criou-se um mito, uma ideologia compatível aos valores morais daquele tempo, que nada mais é que um

[...] processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes. Ou seja, a maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma, tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar. (CHAUÍ, 1980, p.117).

Esse desvirtuamento pode ser verificado em diversas obras indianistas, as quais

descrevem índios como seres dóceis, obedientes e sinceros. Acostumados à liberdade, os índios eram justamente o contrário frente ao colonizador. Não obedeciam e eram dados a fugas quando postos em cativeiro; tanto que foram por esses motivos que os negros os substituíram como escravos, sobrando a troca de favores ou a morte ou o catecismo como possíveis modos de convertê-los ao lado das forças colonizadoras. [...]. Ao contrário do que aconteceu, o esperável seria que o índio ocupasse, no imaginário pós-colonial, o lugar que lhe competia, o papel de rebeldia. Era, afinal, o nativo por excelência em face do invasor; o *americano*, como se chamava, metonimicamente, *versus* o europeu. (BOSI, 1992, p.162)

A questão, apesar de nítida, sequer foi colocada para discussão o que só veio a ser tomado mais a frente com o advento dos movimentos abolicionistas cada vez mais intensos, postos em voga na literatura para ali em diante até o modernismo, coisa que influenciou e muito na história real do país, como muito bem explicado em uma pesquisa feita por um grupo de estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), (ASSIS et al, 2009, p. 50):

O processo de colonização no Brasil marca profundamente a vida e a história dos povos indígenas no país, onde sua cultura sempre foi desrespeitada, desvalorizada e seus direitos foram negados. Essa imagem de desrespeito foi fortalecida no período de formação da literatura brasileira quando os autores tentam construir a identidade nacional apresentando o índio como [...] quando serve e obedece ao colonizador. [...]. Desde a origem da civilização brasileira que a discriminação dos índios esteve e está relacionada com o desenvolvimento econômico do país. Um modelo pensado pelos latifundiários, fazendeiros, empresas, que sempre se mantiveram no controle da economia e do poder para favorecer pouca gente. Neste sentido, muitos índios foram expulsos para os grandes centros urbanos, longe de sua cultura, do seu jeito de ser e de viver na e com a terra. Muitas tribos foram dizimadas para dar lugar ao projeto de desenvolvimento e de civilização do país, nas construções de barragens, Usinas Hidrelétricas e grandes projetos de irrigação [...].

Para finalizar essa parte da análise, importante lembrar como os escritores indianistas, em especial José de Alencar, descrevem os nativos indígenas, na verdade desenhando-os como se fossem os antigos cavaleiros medievais trovadorescos da Europa, fortes e altivos com força descomunal capazes de domar uma onça ou arrancar uma palmeira pela raiz, com a própria força, coisa que nem o vasto conhecimento da natureza jamais traria a um homem comum.

O indianismo dos românticos preocupou-se sobremaneira em equipará-lo qualitativamente ao conquistador, realçando ou inventando aspectos de seu comportamento que pudessem fazê-lo ombrear com este – no cavalheirismo, na generosidade, na poesia (CANDIDO, 1970, p. 19).

Com isso, torna-se claro nas escritas de Alencar que os índios somente se tornariam sujeitos de direitos e deveres sociais a partir da aproximação com os europeus, tendo devoção para com estes, num processo de aculturação. Somente assim, numa visão um tanto preconceituosa, indígenas poderiam se igualar aos brancos. Como diz Bosi, tratava-se de um mito sacrificial em que “a nobreza dos fracos só se conquista pelo sacrifício de suas vidas” (2007, p. 179). Esse fato é reforçado quando Peri nega a sua cultura de origem e sobrepõe a esta a cultura dos brancos, ao final do enredo, quando aceita a religião cristã para ficar com Ceci e dela cuidar como sua mulher. Seguem abaixo alguns trechos de *O Guarani* que deixam clara a argumentação feita.

Primeiramente sobre a submissão do personagem principal aos portugueses dominadores no processo de aculturação do mesmo, nas palavras do personagem D. Antonio de Mariz: - “Peri é um cavaleiro português no corpo de um selvagem” (2009, p. 43). Depois, a devoção dos índios aos brancos, que mesmo amando e conhecendo a natureza, dando a ela tamanha importância como se fosse sua própria vida, assim como manda o modelo de escrita ditado pelo Romantismo, capazes seriam de odiá-la pela admiração sobreposta aos europeus, como se vê Peri em relação à amada Cecília:

- Escuta, Peri é filho do sol; e renegava o sol se ele queimasse a pele alva de Ceci. Peri ama o vento; e odiava o vento se ele arrancasse um cabelo de ouro de Ceci. Peri gosta de ver o céu; e não levantava a vista, se ele fosse mais azul do que os olhos de Ceci. (2009, p.123) [...] Peri tinha abandonado tudo por ela; seu passado, seu futuro, sua ambição, sua vida, sua religião mesmo; tudo era ela, e unicamente ela; não havia, pois, que hesitar. (2009, p.308)

E, enfim, pode-se afirmar que isso tudo não ocorreu somente nas obras alencarianas, como podemos observar, comparativamente, na estrofe do poema *I Juca - Pirama* de Gonçalves Dias, mais uma vez descrevendo o índio como um guerreiro medieval:

Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte
Meu canto de morte
Guerreiros, ouvi... (2011, p. 04)

Em segundo lugar, e não menos importante para a conclusão dessa análise, há de se falar que, apesar de ser metodológica e pedagogicamente interessante para o ramo educacional a associação entre a escrita indianista e a teoria do bom selvagem de Jean-Jacques Rousseau não necessariamente se fundiram um dia, o que pode ser constatado de duas maneiras diferentes:

A primeira delas é que em cada romance indianista, seja ou não de José de Alencar, o índio acaba sendo descrito com vertentes psicológicas distintas, mesmo que ao fim acabem coroados, mais uma vez, como heróis da trama.

Um bom exemplo encontra-se no próprio *O Guarani*, onde a tribo aimoré, canibal, era vista como o puro exemplo do selvagem mau, vingativo e bárbaro e outras tribos como a da qual provinha o herói da trama eram consideradas boas, mas o motivo para isso era único: serem servos dos colonizadores e terem comportamentos civilizados dos brancos pelo contato subordinado e obediente aos colonizadores. Nada tinha a ver, então, com a teoria rousseaniana do bom selvagem e sim apenas uma ilusão criada para a burguesia daqueles tempos, já que como visto na argumentação acima o quadro criado para descrever nossos heróis foi pintado com bases em mentiras sem fundamentação da realidade pela qual as tribos indígenas passavam.

Um outro aspecto relevante é que os indígenas possuem uma sociedade, o que limitaria a aceção de homem primitivo idealizado em Rousseau, o qual não necessitaria de um âmbito social de convivência, dependendo única e exclusivamente da natureza.

Os índios, apesar de não europeizados e extremamente idólatras e dependentes dos recursos naturais, ainda sim constituíram desde os anos mais primitivos de sua existência uma cultura antropológica e sociologicamente considerada em estudos científicos, de vida comum

compartilhada e decisões partidas de um líder não necessariamente acatadas por todos, sendo a visão mais religiosa que democrática. Assim, sempre existiu uma sociedade indígena que por menor que fosse era totalmente capaz de afastar toda a inocência que, segundo Jean-Jacques Rousseau somente nasce conosco, sendo facilmente corrompível, inevitavelmente, a partir do surgimento do convívio social, em maior ou menor grau. Exemplo claro dessa afirmação são os conhecidos conflitos entre tribais que se consideram, mutuamente, de diferentes castas e/ou costumes, quando não a prática de violência e canibalismo em rituais antropofágicos, citados, inclusive, na história em comento. Todos esses são costumes culturalmente impostos pelo convívio social, mesmo que deturpados. Podemos perceber o aqui descrito pelo trecho a seguir de *O Guarani* (2009, p. 156): “O ódio inveterado que havia entre as tribos da grande raça e a nação degenerada dos Aimorés, justificava a esperança de Peri [...].”

Em compilação às atuais afirmativas, traz-se como comprovação dessa vertente de pensamento palavras do professor Leopoldi:

Rousseau não estava preocupado com as sociedades indígenas. A ênfase que ele deu ao selvagem do período inicial do estado de natureza – que exibia qualidades superiores e vivia num ambiente paradisíaco –, independentemente de poder comprovar na prática sua existência, teve como objetivo fundamental colocá-lo numa posição de contraste em relação ao homem civilizado. [...] A associação entre o bom selvagem rousseauiano e as populações indígenas do passado e do presente acabou marcando tão fortemente o estudo dessas sociedades, e é ainda tão vigorosa, que continua permeando em larga medida o pensamento antropológico da atualidade. Muito provavelmente o estado de natureza rousseauiano nunca existiu, mas isso não diminui a possibilidade do homem tentar construir um mundo inspirado nele, particularmente em termos das qualidades humanas que lá teriam vigorado, ideias com que Rousseau revolucionou o pensamento do seu tempo e com os quais continua a marcar vigorosa presença no mundo moderno (2015, p. 02).

Conclusivamente, se houve um motivo pelo qual essa fusão entre indianismo romântico e bom selvagem ocorreu na literatura ela foi descrita por Sodré (1995, p.268):

O índio literário dos romances é o descendente, em linha direta, do índio social e individualmente bom, dotado de bondade natural, a criatura que fascinou os elementos intelectuais da larga fase de ascensão burguesa, dos viajantes e utopistas aos enciclopedistas.

Ocorre que, como se observa, o índio literário é apenas uma idealização, por assim dizer, daquilo que dele se esperava como diferente dos europeizados, com bondade intrínseca, incapaz de fazer e perpetuar maldades das mais variadas formas, o que surpreendia os olhos dos românticos burgueses que se prenderiam nessa fantasia, isto é, numa ilusão como constatado pelas explicações acima apresentadas.

Não bastou a exaltação da natureza como base suprema ao homem, muito menos a diversidade de palavras próprias do vocabulário indígena para fazer com que os leitores se fizessem mais próximos de sua cultura. Fato é que por muito tempo a literatura foi o principal instrumento de propagação cultural e informacional a que todos os interessados e alfabetizados tinham acesso. Não bastasse isso, os romances, muitas vezes, eram até mais considerados do que um jornal, vez que obtinha maior gosto dos leitores. Dado isso, o que se tentou em *O Guarani*, assim como em vários outros romances indianistas, foi implantar a mentira no inconsciente brasileiro que sua descendência partiu tão somente da miscigenação entre europeus e indígenas. Fato que se torna nítido no final da narrativa, quando Ceci e Peri, uma portuguesa de sangue nobre e um índio desnaturalizado, submisso aos brancos e convertido ao cristianismo, somem ao longe após um dilúvio, como bíblicamente se perfaz em *A Arca de Noé*, sobrando apenas os dois amantes na imensidão para a procriação da nação brasileira.

O mesmo pode ser verificado em *Iracema*, quando a personagem principal, também uma índia, envolveu-se com um cavalheiro de origens portuguesas e dele engravidou, morrendo após o parto. Seu filho, então, ficou nas mãos do amado que se recolheu, logo em seguida, às matas com o pequeno menino, criando-o no meio dos seus, mas ao mesmo tempo vendo a oportunidade infalível de cristianização das tribos que veria a conhecer dali em diante.

A ideologia então posta foi muito eficaz, a tal ponto que o assunto ainda hoje consegue ser alvo das mais dialéticas e filosóficas discussões no mundo acadêmico. Assim, como não poderia deixar de ser, surtimos nessa defesa a desmitificar a identidade nacional que a literatura romântica indianista se pôs a formar, bem como explicitar que a teoria do bom selvagem comandada por Jean-Jacques Rousseau ou mesmo do mal presente no primitivismo da existência humana afirmado por Hobbes não necessariamente estão vinculados aos indígenas, sejam esses brasileiros ou não.

A comunidade indígena pode sim, como qualquer povoamento, ser base de estudos para um melhor modelo social; de vida e contato mais direto e consciente com a natureza. Contudo, nunca poderiam ser enxergados como seres puros e intactos à civilização, já que são um grupo social, culturalmente diferenciados, mas ainda sim uma sociedade, que em maior ou menor grau sempre será uma civilização.

Tudo isso, porém, não significa que seres intactos ao convívio civilizatório jamais existirão. É algo tão complexo quanto a própria teoria rousseuniana do bom selvagem, que poderia ao mesmo tempo ser afirmada ou refutada, tudo dependendo do ponto de vista a ser analisado.

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Mesclando a análise da obra com o estudo do indianismo e a biografia do autor, não foi difícil perceber que o romantismo indianista surgiu na tentativa de buscar um único herói e ancestral nacional que se instalou sobre a figura indígena e, ainda por cima isso foi feito de forma preconceituosa, isto é, pela exclusão de outros povos como os negros e europeus que também sempre fizeram parte da genética brasileira. O problema, contudo, não foi somente a busca desse herói como sendo o índio e, sim, um nativo trovadoresco com as qualidades de um cavaleiro medieval europeu, quando na verdade ambos têm histórias nacionais antagônicas, motivos diferentes de luta e costumes completamente distintos. E, ademais, como se tudo já não bastasse, a figura principal desse tipo de enredo só era tomada como boa e brava o suficiente redimindo-se aos colonizadores portugueses, como abaixo é enfatizado nas palavras da pesquisadora Bonin:

A representação do índio como bom selvagem, tanto na visão hegemônica de sujeito dócil quanto na visão romântica de personagem idealizado. Geralmente ele incorpora essas identidades quando é cristianizado ou submetido a um projeto de civilização, e assim, numa perspectiva utilitária, passa, de alguma forma, a servir ao colonizador (2012, p. 06).

Passada a fase da constatação acima, fácil se torna a alusão dessas características na obra *O Guarani*, o que é mais aguçado quando se descobre dados pessoais do autor desse livro (José Martiniano de Alencar), pessoa totalmente ligada à defesa da escravidão no país, uma vez que possuía grandes terrenos que dependiam desse trabalho sujo e barato que garantia sua estimada riqueza e contatos com a nobre burguesia durante seus anos como político, advogado e escritor fiel aos valores da fidalguia.

No livro, para reforçar a afirmação acima feita, encontramos Peri. Ele, além de personagem principal, é um índio guarani que se torna, literal e voluntariamente, capacho de Cecília. Ela, filha de dom Antônio de Mariz, o qual se apossou de um pedaço de terras brasileiras sem nada por isso pagar, como um presente do rei português dado a sua lealdade com a coroa, donde dali em diante construiu a casa que figuraria como cenário do enredo proposto pelo autor da trama. Daí, podemos retirar um trecho que deixa claro o “nativo bom” buscado pelo romantismo indianista brasileiro, assim, na apresentação de um índio submisso e que converte-se ao cristianismo no final do livro em prol de seu amor por uma portuguesa pura e cristã, ou seja, Ceci:

D. Antônio, tomando a mão de Peri, disse-lhe com uma voz profunda e solene:

– Se tu fosses cristão, Peri!...

O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.

– Por quê?... perguntou ele.

– Por quê?... disse lentamente o fidalgo. Porque, se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília, e estou convencido de que a levarias ao Rio de Janeiro, à minha irmã.

O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo da alma.

– Peri quer ser cristão! exclamou ele.

D. Antônio lançou-lhe um olhar úmido de reconhecimento. – A nossa religião permite, disse o fidalgo, que na hora extrema todo o homem possa dar o batismo. Nós estamos com o pé sobre o túmulo. Ajoelha, Peri!

O índio caiu aos pés do velho cavalheiro, que impôs-lhe as mãos sobre a cabeça. – Sê cristão! Dou-te o meu nome.

Peri beijou a cruz da espada que o fidalgo lhe apresentou e ergueu-se altivo e sobranceiro, pronto a afrontar todos os perigos para salvar sua senhora.

– Escuso exigir de ti a promessa de respeitares e defenderes minha filha. Conheço a tua alma nobre, conheço o teu heroísmo e a tua sublime dedicação por Cecília. (ALENCAR, 1996, p. 53-54)

Então, ao continuar o trabalho de pesquisa, pudemos afirmar um importante ponto à conclusão dos resultados obtidos com ela, quando percebe-se que no livro em estudo a trama começa em meados dos anos de 1500, logo após o descobrimento de nossas terras pelos europeus. Sendo daí também de onde deveria ser tirada a matriz nacional, isso é, tanto o herói como o descendente mais antigo e puro do Brasil: o índio. Depois, outro dado importante que se descobriu com a pesquisa foi a informação de quando o livro foi efetivamente publicado, isto é, em 1857, sendo que partes do livro foram publicados anos antes em folhetins jornalísticos, quando o Brasil vivia a recente independência proclamada por Dom Pedro II e, a literatura, em clima de país independente queria quebrar suas raízes lusitanas, buscando outro descendente tão bom e forte quanto o europeu que pudesse reescrever a história do país que necessitava de um passado para reconstruir um país devastado e com futuro incerto.

Tendo esse novo dado empírico em mãos, fomos então ao estudo da teoria do bom selvagem de Jean-Jacques Rousseau, constantemente tomado junto aos ensinamentos dessa época da literatura nacional. Inicialmente, é normal que com as informações lidas se tenha o pensamento de que talvez a ideia rousseuniana estivesse de alguma forma ligada ou sido parte de estudos dos escritores românticos indianistas, assim como no comentário abaixo:

[...] interpretado à luz do código romântico de Rousseau, esse fascínio com a naturalidade, a valentia e a força indígena pode estar ligado à noção de que o índio representaria um ‘eu’ mais autêntico, porque sua imersão na natureza o conecta com algo essencial que, na experiência da cidade, por exemplo, é colocado em segundo plano. Essa representação também pode aludir, por vezes, à noção evolutiva

(naturalizada no contexto histórico de meados do século XX) de que o índio representa um 'estágio' anterior da civilização, algo como a infância da humanidade. (BONIN, 2012. p. 09)

Porém, um ponto interessante e que aqui também deve ser retomado, é a informação de que pesquisando se descobre que muitos autores indianistas sequer leram ou se aprofundaram nas obras de Rousseau ou Hobbes em suas vidas. Isso, mais uma vez, afastaria a ideia de que os valores de bom ou mau selvagem estão de alguma forma atrelados aos personagens indígenas dessas histórias.

Percebendo isso, que nesse artigo se propôs a estudar mais Rousseau e acabou, por intermédio da leitura de suas principais obras, principalmente em *Emílio*, visualizando que quando o filósofo fala em bom selvagem se remete ao humano isolado de qualquer tipo de contato social, que somente nasce bom, uma vez que a sociedade corromperia esse ser de desejos e tentações a serem saciados por intrigas, brigas, guerras, mortes, corrupção e todo mais de ruim que possa existir no seio de uma comunidade. Faz-se, então, um contraponto com Hobbes, que ao contrário, vê nesse ser antissocial e desprovido de uma comunidade um perigo, pois não nasceria totalmente bom como Rousseau previa e, sim, completamente mau, guerreando com todos o que aparecessem em sua frente para proteger seu território e vida sem pensar nas piores consequências... Seria a guerra de todos contra todos e, a existência de uma sociedade com imposições de leis que controlariam esse extinto selvagem, pondo ordem às pessoas e dando paz e estabilidade para as relações sociais, faria a ordem humana progredir em um sucesso sem fim.

Então, mais uma vez, baseados em tudo o que descobrimos, vimos que não se pode afirmar, assim como na teoria rousseauiana, que um dia existiu um ser naturalmente bom e isolado de um grupo que lhe seja familiar por menor que esse seja com ou sem vínculos de parentesco. Quanto a Hobbes, nos atemos a observar que qualquer comunidade guerreia pelos seus interesses e que apesar das leis para reger uma sociedade isso jamais impedirá a existência de corrupções e guerras e, sabendo que nunca se ouviu falar num ser humano totalmente intocado pelo convívio com outros homens, também não se pode afirmar cientificamente que existiria ou não a guerra de todos contra todos, vinda da existência de um bom ou mau selvagem por excelência. Tudo pura e mera filosofia, arguições que anos de estudo sobre a psique humana ainda não seriam o suficiente para afirmar ou negar a teoria do bom ou mau selvagem, dando total subjetivismo ao assunto.

Assim sendo, conclusivamente, conseguimos enxergar os indígenas como uma comunidade, o que impediria sua classificação como exemplos do bom selvagem da teoria de

Jean-Jacques Rousseau, pois o índio não nasce isolado de um convívio social, guerreando, por exemplo, com tribos inimigas e também possui costumes típicos, bem como não está inerte a corrupção de valores gerais pelo seu individualismo, assim como em qualquer parte do mundo. E, se não se pode afirmar que a teoria do bom ou mau selvagem realmente está ligada às comunidades nativas e indígenas de qualquer país, também não se pode fazer o mesmo dizendo que os estudo desses filósofos necessariamente estejam vinculados ao romantismo indianista brasileiro. Isso fica claro na citação abaixo que bem descreve o comportamento indígena como grupo, diferenciado das grandes cidades apenas pelos seus costumes, de certa forma englobados de maior subjetividade, mas ainda sim um exemplo de sociedade no significado literal da palavra:

Não há, como digo, entre eles (índios), nenhum Rei, nem Justiça, somente em cada aldeia tem um principal que é como capitão, ao qual obedecem por vontade e não por força; morrendo este principal, fica seu filho no mesmo lugar; não serve doutra cousa se não de ir com eles à guerra e aconselhá-los como se hão de haver na peleja, mas não castiga seus erros nem manda sobre eles cousa alguma contra sua vontade. [...] Não adoram cousa alguma e não acreditam que há, na outra vida, glória para os bons e castigo para os maus. Acreditam que tudo se acaba nesta vida e que as almas fenecem com os corpos, e assim vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida. (GÂNDAVO, 1980, p. 124)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de concluir, útil se torna lembrar quais eram os objetivos da presente pesquisa. A principal questão de pesquisa era a desvinculação do pensamento de que a base doutrinária da forma escrita do romance indianista brasileiro estivesse ligada ao estudo do mito do bom selvagem de Rousseau ou do mau selvagem de Hobbes. Depois, mas não menos importante mostrar como se construiu o indianismo brasileiro como movimento literário dado aos fatos históricos que o cercaram fazendo o índio ser o personagem escolhido para representar o país como ícone e, por fim, perceber o quanto a história pessoal de um autor pode influenciar nas histórias que escreve, juntando nelas suas convicções.

Com isso, então, foi desmistificado o pensamento do romancismo indianista que, apesar de tudo, desenhou uma parte da história de nosso país. Depois, foi separado esse fato da teoria do bom selvagem de Rousseau ou mau selvagem de Hobbes, que não necessariamente tem ligação com a escrita indianista brasileira e, muitas vezes nela encontra tanto desencontros quanto afirmações, mas que ainda sim nos premiam como temas de debates filosóficos mais

direcionados ao estudo da sociologia na formação das civilizações e melhora do atual campo social do que necessariamente o da literatura.

Contudo, o estudo feito baseado na teoria do bom selvagem rousseauiano, dentre outros embasamentos bibliográficos, ainda é didaticamente importante para quebrar paradigmas até então vigentes. Não só uma desmitificação, mas um diferencial ao modo de passar o aprendizado do conceito indianista na literatura pelas escolas, ensinando desde já o aluno a trabalhar seu lado crítico acerca de tudo o que aprende, conhecendo os valores de uma verdade relativa e totalmente discutível na história fática e literária de nosso país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **O guarani**. 10 ed. São Paulo, Ática, 1985.

APARECIDA, Diene; DEUMA, Maria; ANITA, Maria; DONATO, Mabel; JOVINA, Maria e

CÁSSIA, Osânia. **A visão do índio brasileiro na obra “O Guarani”, de José de Alencar**.

Disponível em:

http://www.iguanambi.com.br/universodasletras/index_arquivos/Page744.htm. Acesso em: 24 mai. 2015.

ASSIS, Aurinivea de; et al. **Mito do Herói em O Guarani**. Disponível em:

http://magalisantana.blogspot.com.br/2010/12/mito-do-heroi-em-o-guarani_2658.html.

Acesso em 15 ago. 2015.

BONIN, Iara Tatiana. **Entre o bom selvagem e o canibal: representações de índio na literatura infantil brasileira em meados do século XX**. *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa/PR, 7º volume, número especial, jan. 2012. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5064>. Acesso em 05 mai. 2015.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. São Paulo, Martins, 1970

_____. **1918 - Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6 ed. Belo Horizonte. Itatiaia, 2000.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9 eds.- Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre azul, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1980.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DERATHÉ, Robert. Rousseau, Jean Jacques. In: David L. Sills (ed.) **Enciclopédia Internacional das Ciências Sociais**. vol. 13. São Paulo: Macmillan Company, 1968.

DIAS, Gonçalves. **I Juca-Pirama**. Disponível em: <

<http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/GoncalvesDias/IJucaPirama.htm>>. Acesso em 15 ago. 2015.

FERRARI, Márcio. **Jean-Jacques Rousseau, o filósofo da liberdade como valor supremo**.

Revista Nova Escola, São Paulo/SP, sem volume, edição especial, jul. 2008. Disponível em:

<<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/filosofia-liberdade-como-valor-supremo-423134.shtml?page=all>>. Acesso em 27 jun. 2015.

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

_____. Bom selvagem, mau selvagem. **Revista de História**. São Paulo/SP, sem volume, 91ª edição, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/bom-selvagem-mau-selvagem>>. Acesso em 25 jun. 2015.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Um Brasil para crianças – para conhecer a literatura infantil brasileira**: histórias, autores e textos. 4. ed. São Paulo: Global, 1993.

LEITE, Dante Moreira. O Romantismo no Brasil: aspectos gerais. In FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto de. **Língua e Literatura**: 2º Grau. São Paulo: Ática, 1985.

LEOPOLDI, José Sávio. **Rousseau - estado de natureza, o “bom selvagem” e as sociedades indígenas**. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro/RJ, 2º volume, número 04, jun. 2002. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=117&sid=19>>. Acesso em 27 jun. 2015.

MILANEZE, Érica. **Rousseau e o Romantismo**: algumas observações. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/2000rousseau/em.htm>>. Acesso em 25 jun. 2015.

MORETTO, F.L.M. Introdução. In: ROUSSEAU, J.-J. **Júlia ou A nova Heloísa**. São Paulo: Hucitec, 1994.

RIBEIRO, Flávia. **Humanos criados como animais**: Coração selvagem. *Revista Guia do Estudante*, São Paulo/SP, sem volume, Edição especial de História, fev. 2006. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/humanos-criados-como-animais-coracao-selvagem-434572.shtml>. Acesso em 15 ago. 2015.

RONCARI, Luiz. **A Literatura no Brasil, dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos**. 2ª edição, São Paulo: EDUSP, 1995.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Ridendo Castigat Moraes, 2002. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em 10 ago. 2015.

_____. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. São Paulo: Ridendo Castigat Moraes, 2002. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em 10 ago. 2015.

_____. **Emílio**. São Paulo: Ridendo Castigat Moraes, 2002. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em 10 ago. 2015.

SALATIEL, José Renato. **Jean-Jacques Rousseau (2)**: O homem é bom por natureza. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/jean-jacques-rousseau-2-o-homem-e-bom-por-natureza.htm>>. Acesso em 26 jun. 2015.

SANTANA, Ana Lucia. **Escritores do Indianismo**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/>>. Acesso em 03 jun. 2015.

SANTINI, Juliana. **Rousseau e o Romantismo**. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/rousseauromantismo2.html>>. Acesso em 26 jun. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand; Brasil, 1995.

UTOPIA. In: WALTER, Weiszflog **Michaelis Moderno Dicionário de Português Online**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

WOLFF, Jonathan. **Uma introdução para a filosofia da política**. São Paulo: Saraiva, 1996.

Peri and the good savage

Analysis about the book *The Guarani* by José de Alencar

Abstract – This study will analyze a Brazilian romantic book named “O Guarani” by José de Alencar about the perspective from Rousseau and his myth of the good savage, keeping in mind certain aspects like the time described in this romance, the historical moment that this book was written and the biography about the author. All this for, using a lot of investigation in different sites on Internet and books, obtain sufficient knowledge to demystify the relation between the myth of the good savage and the Brazilian Indianist Romantic phase of the literature, that in really never existed.

For it will be concluded the methodology was the reading and make a list of the books that was of the same theme, for, so, to synthesize the knowledge and keep the best quotations to use in this work.

With this work in topics, in a pedagogical way for the readers can understand the theme, was possible, so, make a text in a line that will possible to reach the principal objective: innovation in the way of teach the Romances of Indianism Literature in Brazil. This objective only was possible because of the analysis about the book *O Guarani* by José Martiniano de Alencar. So, with this, was possible disconnect the idea of the handwriting Romances of Brazilian Indianism and the myth of the good savage created by Rousseau or, in a minimum emphasis, the bad savage described for Hobbes.

We will see that the theories of Rousseau and Hobbes can be connected, but it isn't necessary the basis of study for the Romances of Brazilian Indianism handwritten, and the search of an identify and a national hero in the literature: the native can be demystify too with this study, keeping the example of the principal personage of *O Guarani*, the native named Peri and his trajectory in the history.

Keywords: Guarani; José de Alencar; Good savage; Rosseau.

Data da entrega dos originais: 21/10/2015